

O PROFESSOR COMO COMUNICADOR E MEDIADOR DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM: implicações ambientais e organizacionais em seu desempenho

Diane Rocha Miranda¹
Maurício dos Santos Azeredo²
Núbia Regina Hércules Freire³
Mônica Pereira de Oliveira *

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo estudar e compreender o papel do professor como um comunicador no processo de ensino e aprendizagem, o uso da voz como instrumento primordial em sua atividade laboral e quais as principais influências do meio no qual trabalha e das condicionantes organizacionais no exercício de suas funções. Para tanto buscou referências bibliográficas e eletrônicas que, somadas ao conhecimento adquirido pelos autores durante as aulas de Metodologia da Comunicação Oral do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia, permitiram estabelecer uma leitura mais circunstanciada, ampla e multidisciplinar a respeito da atividade docente, dos riscos apresentados à saúde e notadamente à voz do professor, suas fontes e consequências para a qualidade de vida deste profissional e para a eficiência do aprendizado do aluno. Aborda questões básicas relativas à fonoaudiologia, aos espaços edificados que abrigam as escolas, às condições espaciais, ambientais e políticas que configuram o cenário contemporâneo da atividade docente. Conclui indicando, em síntese, interrelações necessárias à ação qualificadora do docente e sua atividade.

Palavras-chave: Professor comunicador; Voz; Fatores de risco; Condições de trabalho docente.

INTRODUÇÃO

Ao professor é atribuído um papel de fundamental importância para a construção e o desenvolvimento do conhecimento e da vida da sociedade, como um agente capaz de promover mudanças a partir da formação de alunos com capacidade reflexiva e crítica e com autonomia de pensamento. Para tanto, tem em sua voz um instrumento essencial para uma comunicação eficaz e básica para que assuma a mediação no processo de ensino e aprendizado.

(¹) Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás – Goiânia, Goiás. Aluna do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia – Goiânia, Goiás.

(²) Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie – São Paulo, SP. Aluno do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia – Goiânia, Goiás.

(³) Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia, Goiás. Aluna do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia – Goiânia, Goiás.

* Professora Orientadora. Mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca e Graduação em Fonoaudiologia pela Universidade de Franca – Franca, São Paulo. Docente e coordenadora do Núcleo de Extensão e Pós-graduação da Faculdade Araguaia – Goiânia, Goiás.

Entretanto, em razão de aspectos ambientais e organizacionais que envolvem o seu trabalho, esse profissional da educação corre permanente riscos à sua saúde física e mental, notadamente em relação à voz, exposta a várias situações que o sujeitam a distúrbios vocais, reduzindo sua qualidade de vida e prejudicando o desempenho de aprendizado dos estudantes.

Para compreender essas questões, bem como outras intervenientes, recorreu-se a referências bibliográficas e eletrônicas. Dentre os autores estudados, podem ser citados: Servilha, Leal e Hidaka (2010); Santana (2010); Alves e Oliveira (2006); Penteado (2007); Giannini e Ferreira (2008) e Buffa e Pinto (2002), que possibilitaram apreender questões que vão além das relacionadas à voz e sua saúde, chegando às que dizem respeito ao espaço da escola, ao universo que envolve os professores – incluindo suas escalas pessoais e coletivas, e ao entendimento de inúmeros problemas que conduzem esses profissionais a grandes conflitos e desordens físicas e emocionais, reduzindo suas competências e abalando suas potencialidades.

Dessa forma, chegou-se à elaboração de considerações que, oriundas de reflexão interdisciplinar, conduz a uma visão complexa de esboço preliminar e conceitual de proposta de ação.

1 SOBRE A TEMÁTICA

Muitos são os estudos realizados a respeito do papel do professor como comunicador principal no processo ensino e aprendizagem, bem como sobre a voz como instrumento básico e estrutural em sua atividade docente. Ao mesmo tempo, vários são os trabalhos que discorrem a respeito dos problemas e dificuldades relacionados à voz do professor, suas causas e consequências.

Leis, normas técnicas e orientações especializadas há que, se corretamente aplicadas, minimizariam essas alterações, contribuindo para a melhora da qualidade de vida do professor, bem como de seu desempenho como docente. De tal melhora resultaria, conseqüentemente, a qualificação do ensino, um maior desempenho das demais pessoas diretamente envolvidas nesse processo e, portanto, garantiria a dinâmica de construção coletiva do conhecimento.

Percebe-se o envolvimento e empenho desenvolvidos por vários profissionais, notadamente, por fonoaudiólogos, para compreender o problema em suas dimensões física, social e cultural e apresentar indicativos de solução e, mais importante, propor ações que reduzam, ou mesmo previnam, os fatores que desencadeiam as patologias tão danosas ao desempenho docente. Assim é que inúmeros têm sido os trabalhos e pesquisas apresentados em simpósios e congressos, tanto no Brasil como no Exterior, e muitas as publicações científicas sobre o assunto. As fontes de referência são ricas e extensas.

Tais trabalhos têm abordado aspectos amplos e diversificados a respeito da voz, sua fundamental importância nos processos comunicativos e sobre os danos a ela causados em atividades laborais, especialmente no tocante à atividade docente, demonstrando uma visão complexa a respeito do assunto. Dessa forma, têm tocado em aspectos relacionados a questões políticas, pedagógicas, educacionais, legais, sociais, culturais, psicológicas e físico-ambientais, explicando-as e propondo formas de prevenção e ação.

Impressiona o fato de haver, ainda, por parte da sociedade em geral e dos envolvidos com a educação formal em especial – aqui incluído os docentes - quase total ignorância sobre esse assunto e pouco se tem visto como resposta e ação transformadora, mesmo a partir daqueles que têm real possibilidade de contribuir de forma decisiva na solução ou controle do problema.

Dentre os profissionais que assim poderiam contribuir estão, também, os arquitetos, responsáveis pela qualidade do projeto das escolas e, lembrando as palavras de Motta Jr (apud BUFFA e PINTO, 2002, p.31), “Sem bons prédios é impossível fazer boas escolas”, o que significa que a arquitetura constitui um forte e expressivo componente para a qualificação das atividades de ensino. Assinala-se, também, que a acústica das salas é uma das variáveis que interferem na voz do professor e no aprendizado do aluno.

Importante ressaltar que, em grande parte, o processo de ensino e aprendizagem depende da eficiência comunicativa dos professores e que estes, segundo Oliveira (2011), devem apresentar como qualidades essenciais: memória; entusiasmo; ritmo; voz fluída; respiração adequada; boa articulação; velocidade; expressão corporal; naturalidade e conhecimento.

Pode-se compreender tais qualidades tendo em vista que, em grande parte, a eficiência da aprendizagem depende do nível de interesse do educando e que isto está intimamente ligado à sua motivação, para que abandone qualquer postura passiva, ou mesmo de rejeição, e

adote um papel ativo na construção de seu conhecimento, assuma-se sujeito e não somente objeto na relação.

Tal mudança de atitude do aluno, indispensável ao seu crescimento integral, tem como principal fonte estimuladora a atitude do professor comunicador e, evidentemente, da sua capacidade de memorização e de demonstração de entusiasmo, bem como de domínio de aspectos relacionados diretamente com sua voz e sua aplicação. Fato este que, exige, como apresentado acima em tópicos: correta exposição oral; adequada colocação da voz; controle da respiração; apropriada dicção ou articulação; ajustada velocidade de expressão; bom domínio corporal e postural, além de demonstrar, com naturalidade e espontaneidade, conhecimento a respeito dos conteúdos, sejam eles específicos ou gerais.

Poder-se-iam somar várias outras qualidades tais como flexibilidade e respeito, atualidade e compromisso, iniciativa e proatividade e, enfim, muitas outras que falam de sua atitude frente à sua vida como ser completo, em suas relações dialéticas com o meio social e o meio ambiente no qual vive. Sabe-se, entretanto, que para que essa personalidade se forme e se mantenha em equilíbrio deveria ocorrer uma ação de caráter mais amplo, complexo, o que implicaria como dito anteriormente, abordar questões de diversas naturezas, que englobam desde política social e educacional como um todo, até quesitos físico-ambientais.

Para a consecução desse trabalho, todavia, se faz necessário estabelecer um recorte que limite os estudos a um universo mais restrito e comum a todos os professores e, sabendo-se que esses profissionais exercem suas atividades em um lócus específico, o ambiente educacional, que certamente exerce grande influência em seu desempenho como comunicador se decidiu adotá-lo como objeto de estudo.

Afirma-se que o espaço e os agentes diretamente envolvidos no processo ensino aprendizagem estabelecem entre si uma relação de uso, alternando dialeticamente os papéis de sujeito e objeto, e que é fundamental que se compreenda essa relação em seus aspectos quantitativos e qualitativos, para que se possa estabelecer problematização que conduza a ações de qualificação dessa relação, que tem que ser a mais satisfatória possível, de forma a garantir o bem estar e a segurança física e emocional necessárias ao desempenho eficaz e eficiente do docente, como mediador proativo na construção do conhecimento.

O que apontam os estudos realizados por diversos autores, dentre estes: Servilha, Leal e Hidaka (2010); Santana (2010); Giannini e Ferreira (2008) Penteado (2007); Alves e Oliveira (2006) e Buffa e Pinto (2002), permite que se assevere, mais além do que diz respeito

ao espaço educacional, que o universo que envolve os professores, incluindo suas escalas pessoais e coletivas, apresenta inúmeros problemas que conduzem esses profissionais a grandes conflitos e desordens físicas e emocionais.

Assim, afirma Kanaane (apud ALVES e OLIVEIRA, 2006, p.5):

...as atuais condições na situação de trabalho têm gerado em alguns trabalhadores depressão, ansiedade, angústia, alto nível de *stress*, desajustamentos traduzidos por somatizações ou sintomas clínicos diversos, surgindo também sentimentos de culpa, pela incapacidade de não conseguir se inserir num contexto que lhe traga realização e satisfação material e pessoal.

Da mesma forma, ainda no mesmo projeto de pesquisa, Alves e Oliveira (2006, p.5), apresentam afirmações de outros autores e dentre elas citam:

Delours (2000) salientou que a vivência depressiva no trabalhador condensa sentimentos de indignidade, inutilidade e desqualificação, e que esse sofrimento começa quando o trabalhador não consegue mudar a maneira de realização da tarefa, após ter experimentado as formas de que dispunha e ou podia na organização do trabalho.

Em relação às questões de docência e saúde, diversos são os trabalhos acadêmicos que registram a ocorrência de graves problemas, resultantes tanto de aspectos do ambiente como de aspectos organizacionais, que implicam risco para o distúrbio da voz, principal ferramenta de comunicação do profissional do ensino. É recorrente a indicação da ausência de conforto ambiental nas salas de aula e nos espaços de uso coletivo e de socialização, locus essencial ao desenvolvimento de inter-relações pessoais saudáveis e construtivas, necessária ao qualificado desempenho docente. Nesse sentido afirmam Servilha, Leal e Hikada (2010, p.506):

No que diz respeito aos distúrbios da voz relacionados ao trabalho, cabe considerar aspectos do ambiente como altos níveis de ruído, desconforto e choque térmico, ventilação inadequada, exposição a produtos químicos irritativos de vias aéreas superiores, como solventes e presença de poeira e/ou fumaça, entre outros. Quanto aos aspectos organizacionais destacam-se a jornada prolongada, sobrecarga, acúmulo de atividades ou de funções, demanda vocal excessiva, ausência de pausas e de locais de descanso durante a jornada, falta de autonomia, ritmo estressante, trabalho sob forte pressão e insatisfação com o mesmo e/ou remuneração.

Não basta que o professor seja um bom e eficaz comunicador, se lhe faltam condições para que exerça suas funções com eficiência e satisfação e, além do mais, se lhe impõem

situações de risco que comprometem sua saúde mental e física e, notadamente em relação à voz, gerando doenças da laringe e pregas vocais, que acarretam, com extraordinária frequência, “rouquidão, falhas e perda de voz, cansaço vocal, assim como sensações relacionadas à garganta como dor, secura e pigarro” (SERVILHA, LEAL E HIDAKA, 2010, p.506).

Esse agravo à saúde situa-se na laringe, podendo acarretar disfonia e impossibilidade de usar a voz como meio de ação, como instrumento de trabalho. Como consequência direta pode-se afirmar que tais danos causam graves prejuízos no desempenho escolar dos estudantes e, comumente, levam o profissional à falta e, muitas vezes, ao seu afastamento definitivo do trabalho.

Sobre o desempenho dos alunos que têm professores que apresentam algum grau de disfonia, relatam em resultado de pesquisa realizada Ghirardi e Ferreira (2008, p.136b):

Após a análise estatística, verificou-se que o gênero, a escola e o QI dos alunos não foram relevantes na compreensão dos textos. No entanto, os sujeitos se saíram significativamente melhor na passagem lida com a voz considerada controle do que nas vozes consideradas disfônicas ($p < 0,001$). Não houve diferença estatisticamente significativa entre vozes disfônicas de graus moderado e severo na performance dos alunos. Desta forma, ressalta-se o fato de que mesmo um grau menos severo de disfonia afeta prejudicialmente a compreensão por parte dos alunos. Na discussão, as autoras comentam que uma vez que a prevalência de disfonia entre os professores tende a ser muito grande, o número de crianças afetadas pelo problema de voz do professor é ainda maior.

Em longa pesquisa realizada por um grupo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junto a profissionais que têm na voz seu lastro fundamental para suas atividades laborais e, dentre esses, os professores da Prefeitura Municipal de São Paulo, foram novamente apontadas questões físicas e de organização do ambiente escolar vinculadas às alterações da voz, implicando prejuízos à atuação dos docentes como mediadores do processo ensino/aprendizagem, o que traz como consequência um baixo rendimento do estudante. Essas pesquisas reiteram afirmações de outros autores, já apresentadas anteriormente e, assim, reforçam sua validade.

Entre os aspectos do ambiente, foram associações estatisticamente significantes para alteração vocal ser a temperatura ambiente muito fria ou muito quente, o tamanho da sala impróprio para a quantidade de alunos, a necessidade de realizar esforço físico intenso e de carregar peso com frequência e a utilização de produtos químicos irritativos na limpeza da escola. Entre as variáveis referentes aos aspectos de organização do trabalho, foram significantes considerar o ritmo de trabalho estressante, falta de local para descanso, não ter facilidade para ausentar-se da sala

de aula em caso de necessidade, necessidade de complementar e preparar atividades fora da escola considerar o trabalho repetitivo (sic) (GIANNINI e FERREIRA, 2008, p.1).

Ressaltam diversos autores, que, embora seja de amplo conhecimento o fato de os professores serem, dentre as categorias profissionais que têm na voz seu instrumento básico de trabalho, os que apresentam maiores proporções com distúrbios de voz, não são eles os que mais procuram “ajuda ou conhecimento sobre a voz e eventual tratamento quando necessário” (GHIRARDI e FERREIRA, 2008, p.136b). Por essa razão, afirmam no mesmo estudo, que é indispensável incluir nos currículos de cursos de formação de professores “disciplinas básicas sobre saúde da voz”.

Entretanto, a partir desses mesmos trabalhos é possível perceber que, mesmo com a difusão de programas de prevenção e de educação para o correto uso da voz, o papel do professor como comunicador eficaz e mediador do processo de ensino e aprendizagem permanecerá comprometido pela permanência de inúmeros outros fatores negativos, não bastando ações isoladas e fragmentadas, que ora toquem uma questão, ora outra. Todavia, pode-se apontar que dentre os maiores obstáculos à qualidade de vida do professor estão as más condições de trabalho que lhes são impostas e a baixa qualidade dos ambientes escolares onde atua.

Poucas são as pesquisas sobre a interferência da arquitetura escolar, em suas dimensões quantitativas e qualitativas, no aprendizado dos alunos e no rendimento dos professores e, também, sobre a relação entre a arquitetura e a forma de apropriação dos espaços e a sua adequação aos métodos pedagógicos adotados. Sabe-se, é verdade, da necessidade de conforto ambiental, principalmente em relação à iluminação e acústica, ventilação, insolação e tratamento térmico, bem como do correto dimensionamento dos espaços para cada grupo de alunos e tipo de atividade.

Assim também, alguns autores destacam a importância da localização dos edifícios na malha urbana, tendo em vista a acessibilidade, o distanciamento de fontes de ruído externo e, até mesmo, para que haja legibilidade e identidade da escola, como forma de contribuir para a segurança física e emocional de seus usuários e de estabelecer uma relação positiva com o entorno e a vizinhança, tão importantes, também, para o processo de ensino e aprendizagem. Anísio Teixeira chegou a escrever um breve texto sobre a importância da arquitetura no processo pedagógico, publicado no número 4 da revista *Habitat* no qual, “... após reconhecer

que na complexidade da situação educacional depois do professor, nenhum outro elemento é tão fundamental quanto o prédio e suas instalações...” (BUFFA e PINTO, 2002, p.119).

Em um de seus textos sobre arquitetura e espaços escolares, o arquiteto Hélio Duarte (1906-1989), que durante a década de 1950 desempenhou importante papel na Comissão Executiva do Convênio Escolar, celebrado entre o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal de São Paulo e que teve como objetivo coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento do ensino, afirma:

A arquitetura é, antes do mais, invólucro adequado à vida do homem. Como invólucro subtrai o homem aos efeitos das ações e interações dos agentes físicos exteriores, proporcionando-lhe, ainda, ambientes psico-fisiológicos adequados às funções normais humanas. E como é Espaço, e como é Volume, tem que se apresentar formalmente correta (necessidade humana do Belo) mas não exclusivamente “por fora”. Afinal, se o aspecto externo interessa ao “passante”, o efeito interno interessa ao “vivente”. E este é mais importante que aquele (DUARTE, H. apud BUFFA e PINTO, 2002, p.113).

Entretanto, é de conhecimento de todos, as péssimas condições da quase totalidade dos espaços destinados à educação, principalmente das escolas públicas situadas na periferia das grandes cidades, ocupando barracões cobertos com telhas de amianto, sem forro, paredes de blocos de concreto, no mais das vezes sem acabamento, pés direitos baixos, aberturas inadequadas, péssimo dimensionamento, normalmente sem bibliotecas e salas de estudo e de professores, instalações sanitárias deterioradas e infectas, de difícil acesso, em terrenos sem tratamento, quase abandonados, além de apresentarem, agravados, todos os problemas de conforto ambiental.

A falta de conforto, em todos os seus aspectos, influi no desempenho dos alunos na sala de aula, tanto em termos de saúde quanto de aprendizado. Por isso, a realização de estudos nessa área é fundamental para a conscientização dos governantes, educadores, alunos, enfim, da sociedade, quanto às implicações da arquitetura da escola no desenvolvimento e da criança e do jovem. ... O colégio deve oferecer um ambiente limpo, organizado, atrativo e estimulante para os educandos. É essencial, portanto, que haja um diálogo constante entre o arquiteto e o educador, possibilitando a criação de ambientes que permitam o desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor do estudante (SANTANA, 2010, p.9)

Como exemplo emblemático de espaços educacionais deteriorados pode ser citado a Escola Pedro Neca, no Setor Independência Mansões, em Aparecida de Goiânia - GO, que em novembro de 2009 chegou a ser objeto de divulgação no site do Ministério Público do Estado de Goiás.

Soma-se a esses fatos o desconforto causado pelo grande número de alunos amontoados em salas com equipamentos e mobiliário muitas vezes deteriorados, sem manutenção e sem adequação ergonômica e o aspecto medíocre da edificação, fazendo lembrar a vizinhança e os passantes que, lamentavelmente e distante dos discursos oficiais, a educação não se estabelece como meta prioritária e seus alunos e professores são um estorvo necessário.

A superlotação de salas de aula não está restrita aos espaços destinados à educação infantil, podendo ser observada em todos os graus da educação formal, do ensino básico ao superior e, neste caso, tanto em Instituições de Ensino Superior públicas como em privadas, notadamente as que tratam o ensino como mercadoria e disputam o rico mercado com ações de *marketing*, promessa de empregabilidade, ambientes com ar-condicionado e baixas mensalidades.

Há como já houve, as exceções que confirmam a regra e algumas dessas escolas recebem um tratamento epidérmico, superficial, como parte de algum esforço político. Entretanto, professores e alunos continuam vivendo e convivendo sem a necessária qualidade integral de vida. Tal situação reforça a certeza de que não basta ter um bom domínio de voz para que o professor se estabeleça como um comunicador eficaz, pois vive permanentemente a tensão, o estresse e a depressão provocada pelo descaso e pela falta de perspectiva de mudanças estruturais complexas.

Mesmo em escolas particulares de diversos níveis podem ser observadas inadequações e muitas vezes encontradas soluções improvisadas ou inconvenientes, que visam, a princípio, proporcionar conforto aos alunos, ou passar-lhes imagem de modernidade. Esse é o caso de uso de aparelhos de ar condicionado, tão admirados objetos de propaganda e, ao mesmo tempo, tão prejudiciais à saúde e mais especificamente à voz do professor, em razão do ruído mecânico que exige um esforço suplementar do professor e uma demanda vocal excessiva, a diminuição da umidade e o choque entre a temperatura interna e externa.

Constata-se assim, a existência de problemas com o sistema de climatização, possivelmente subdimensionamento (sic) do mesmo. Um fato importante a ser considerado é que, ambientes resfriados por ar-condicionado, costumam influenciar a produção vocal pelo ressecamento da mucosa do trato vocal, o que gera um maior atrito entre as pregas vocais durante a fala, aumentando a tensão e o esforço, acelerando o processo de fadiga vocal (BATISTA, COUTINHO, SILVA e LOPES, 2008, p.3)

É importante lembrar que os ambientes densamente ocupados por um excessivo número de alunos em sala de aula geram outros riscos agressivos ao sistema respiratório, com repercussões negativas sobre a voz, “... como agentes biológicos, têm-se as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, presentes na escola, principalmente no período de frio, que favorece a aglomeração em espaços fechados” (SEVILHA, LEAL e HIKADA, 2010, p.511).

Esses problemas, representados pela baixa qualidade dos espaços da educação formal, em todos os níveis, e pela densa e desproporcional ocupação de seus ambientes, têm profundas raízes históricas e um forte vínculo com a expansão desmesurada do ensino público e privado, que buscou atender mais a lógica, muitas vezes perversa do capital, do que as reais necessidades da sociedade. Mais importante do que a qualidade é a quantidade.

O rápido desenvolvimento industrial, verificado principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a consequente e intensa migração interna rumo aos grandes centros, provocou o inchamento acelerado dos mesmos, e teve como desdobramento a favelização e periferação de seus espaços de moradia, a carência de serviços públicos essenciais e a degradação da qualidade de vida, pela ausência de planejamento e controle do fenômeno.

No Brasil, os anos 1990 viram a acelerada consolidação de uma política de caráter neoliberal, resultante do processo de globalização da economia, com a configuração de um mercado internacional competitivo que, desconhecendo fronteiras, submeteu políticas públicas a reduções de gastos, privatizações e transferência de responsabilidades para o mercado. Tais ações, geradas em consonância com as posturas do neoliberalismo, afetaram diretamente o ensino, tornando-o, por um lado, mercadoria disputada por investidores privados raramente bem intencionados e comprometidos com uma formação marcada por criticidade e autonomia, e por outro gerando um incremento de demanda por investimentos públicos, com insatisfatória e ineficiente resposta.

Em relação ao ensino superior, por exemplo, pôde-se verificar o acelerado crescimento do número de instituições e a consequente expansão da oferta de vagas, no mais das vezes, totalmente distantes de uma demanda real e mais voltada para a garantia de diplomas, que, se por um lado reduziram a ansiedade popular por um título, por outro atenderam exigências do mercado e do capital global, no cumprimento de metas classificatórias.

Pode-se perceber, também, que o crescimento explosivo do número de alunos não está direta e somente relacionado ao crescimento demográfico, mas, igualmente, advém da grande pressão exercida pelas camadas de médio e baixo poder aquisitivo sobre o sistema escolar, buscando, muitas vezes ilusoriamente, ascensão social para seus filhos, normalmente frustrada por obstáculos sociais, econômicos e políticos que dificultam sua realização. Outro aspecto é resultante da política educacional de governos “que entendiam ser o desenvolvimento e o progresso de um país também fruto das possibilidades escolares oferecidas às crianças e aos jovens. ... A educação foi, então, entendida pelos governos como investimentos em recursos humanos” (BUFFA e PINTO, 2002, p.155).

É possível afirmar, sem receio de erro, que a ação dos governos diante da diversidade e grandeza dos problemas relacionados à política educacional e sua complexa estrutura é débil e, normalmente, vem a reboque e tardia e ineficiente. É nesse cenário, muitas vezes caótico, que se encontra o professor, mediador do processo de ensino/aprendizagem e do qual se espera atuação como comunicador eficaz e entusiasmado motivador do educando, na construção de seu conhecimento e de sua formação baseada em reflexão, criticidade e autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pode-se afirmar que muitos são os aspectos intervenientes vinculados ao desempenho do professor como comunicador e mediador do processo ensino e aprendizagem e que, dentre esses, uma questão central e fundamental é o adequado uso da voz, seu principal instrumento de trabalho. Da mesma forma assevera-se que, como indicam vários estudos que embasaram o presente trabalho, é possível e até desejável que se inclua no currículo de cursos de formação de docentes disciplinas sobre a voz no processo comunicativo, seu adequado uso e sobre as formas de prevenção e tratamento de doenças vocais relacionadas ao exercício profissional.

Ao mesmo tempo, pôde-se verificar ser grande o número de docentes que apresentam significativos distúrbios de voz, em decorrência de aspectos ambientais e arquitetônicos, como altos níveis de ruído, interno e externo à sala de aulas, ventilação insuficiente ou inadequada, exposição a produtos químicos irritativos das vias aéreas superiores, desconforto

e choque térmico provocado por insolação inadequada, emprego de materiais de construção de baixa qualidade e, até mesmo por uso de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado, que reduzem a temperatura e a umidade ambiental.

Outras questões relacionadas aos processos organizacionais, tais como: ampliação da jornada de trabalho para compensar a baixa remuneração; sobrecarga de trabalho; acúmulo de funções; demanda vocal excessiva em razão, também, do número de alunos em sala; inexistência de pausas e locais adequados para descanso durante a jornada; trabalho sobre forte e estressante pressão; falta de segurança física e emocional, falta de autonomia e percepção da desvalorização de seu trabalho, constituem-se, também, em fonte de risco à saúde como um todo e à voz em particular.

Anota-se que, como consequência direta da ocorrência de distúrbios da voz de professores e da capacidade de exercer suas atividades em sala de aula com saúde, disposição e entusiasmo, registra-se uma significativa queda na compreensão e motivação do aluno, prejudicando a construção coletiva do conhecimento e o aprendizado integral dos alunos.

Depreende-se, igualmente, que há implicações entre o prédio, a arquitetura, tanto em suas dimensões quantitativas como qualitativas e a aplicação de métodos didático-pedagógicos, que afetam diretamente a qualidade do ensino e a qualidade de vida daqueles que fazem uso desses espaços, tanto em suas relações diretas como indiretas e tanto físicas como psicossociais.

Finalmente, é possível asseverar a indissociabilidade entre atores e cenários e que não basta um correto uso da voz e de outras competências de comunicador para que haja, por parte dos professores, eficácia e eficiência na mediação no processo de ensino e aprendizagem e que a solução dos problemas que envolvem a educação e a saúde física e mental dos agentes nela envolvidos, passa, necessária e obrigatoriamente por uma intervenção multi, pluri e interdisciplinar, lastrada em compreensão de complexidade pensamento, de observação, de análise, de projeto e de ação. Sem isso, afirma-se, qualquer atitude será marcada por inconsistente e prejudicial fragmentação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana Mendonça; OLIVEIRA, Teresa Cristina Moura de. *A voz do professor em uma instituição da Rede Metodista de Ensino*. Belo Horizonte, dezembro de 2006, 13 p. Projeto de pesquisa – Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. 2006

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; COUTINHO, Antônio S.; SILVA, Luiz Bueno da; LOPES, Leonardo Wanderley. *Condições ambientais e a saúde vocal de professores em salas de aula climatizadas*. 2008, disponível em www.ctsinformatica.com.br/2008artigos/condicoes. Acesso em 14/02/2012

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971*. São Carlos: EdUFSCAR, INEP, 2002, 174p.

GIANNINI, Susana Pimentel Pinto; FERREIRA, Leslie Piccoloto. *Saúde do professor e ambiente escolar*. Buenos Aires, 2008, 10.p. Artigo - VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones em América Latina. 2008

OLIVEIRA, Mônica Pereira de. *Plano de ensino de disciplina: metodologia da comunicação oral*. Goiânia, 2011. Plano de ensino, textos e anotações de aula. Curso de Especialização em Docência Universitária, Faculdade Araguaia. 2011

PENTEADO, Regina Zanella. *A voz do professor: ambiente de trabalho e condições de saúde*. Piracicaba, outubro de 2007, 4 p. Artigo – 5ª Mostra Acadêmica Universidade Metodista de Piracicaba. 2007

SANTANA, Tatiane Menezes. *A relação da arquitetura escolar com a aprendizagem*. Laranjeiras, SE, setembro de 2010, 11p. Artigo – IV Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. 2010

SERVILHA, Emilse Aparecida Merlin; LEAL, Rayana de Oliveira França; HIDAKA, Mariene Terumi Umeoka. *Riscos ocupacionais na legislação brasileira: destaque para aqueles relativos à saúde e à voz do professor*. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. 2010; 15(4): 505-13. 2010